

## EDITORIAL

A Trabalho & Educação publica, neste número, artigos que tratam desde as questões relacionadas a uma análise clínica do trabalho, considerando a organização da saúde do trabalhador e uma análise do trabalho prescrito e sua distinção do trabalho real, passando por abordagens do trabalho docente, no que diz respeito ao envelhecimento dos(as) trabalhadores(as) da educação, seu desgaste na função docente, a produção de saberes na sua atuação em disciplinas de formação técnica e como a interação e o diálogo de saberes na aproximação entre teoria e prática desempenham papel fundamental na formação docente inicial.

Numa outra vertente de análises, não necessariamente orgânicas, mas relacionadas pela problemática da formação profissional técnica de nível médio na Educação Profissional, os estudos publicados neste número indicam a necessidade de potencializar a capacidade de decisão e produção autônoma por parte dos discentes em formação, além de como essa potencialização é relevante, especialmente nos casos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em assentamentos de reforma agrária. Além disso, tratam de aspectos como o significado dessa formação em nível médio para o momento em que os discentes se apresentam aos processos seletivos de contratação para a indústria, e, ainda, como o trabalho do técnico em segurança do trabalho faz diferença na formação do trabalhador, em geral.

A abordagem do trabalho feminino e do infantojuvenil também apresenta-se nesta edição, particularmente o trabalho feminino, num contexto em que se estuda o perfil socioeconômico e produtivo dos catadores de caranguejo no Estado do Pará.

Finalmente, na nossa seção RESUMOS, os estudos referenciados oferecem análises: dos cursos de licenciatura nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia naquilo que podem indicar de relação com uma formação humana integral e com o Ensino Médio Integrado (EMI); dos saberes tácitos e explícitos no trabalho de cozinheiros, tendo em vista os processos formativos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT); da divisão social e moral do trabalho, a partir de uma análise uma análise clínica do trabalho cotidiano de diaristas nas suas “dramáticas do uso de si”; e do tripé Trabalho-Capital-Estado na obra de István Mészáros, que instaura uma “ontologia singularmente humana a partir do trabalho” na recuperação do caráter revolucionário da teoria social marxiana.

Ivar Oddone (1923-2011), autor do artigo que abre esta edição, era médico sanitário e docente de Psicologia do Trabalho na Universidade de Turim e foi uma das figuras centrais do Movimento Operário Italiano. Sob sua liderança, um coletivo de profissionais de saúde e operários desenvolveu um conjunto de pesquisas irrisórias direcionadas à mudança das condições de saúde em ambientes de trabalho, tendo se tornado uma referência para o campo da Saúde do Trabalhador em diversos países, inclusive no Brasil. Sua obra, atualmente, está sob a responsabilidade da professora Alessandra Re, docente da Universidade de Turim, que, gentilmente, autorizou a publicação do artigo “Psicologia e organização da saúde” em versão traduzida. Nele, o autor trata de uma experiência ergonômica sobre a organização da saúde, entendida como o desenvolvimento de um projeto de intervenção, com o

objetivo de organizar os processos relativos à saúde, em um contexto determinado, para a melhoria das condições de trabalho, envolvendo a troca entre trabalhadores, técnicos/gestores e pesquisadores. Oddone recoloca em discussão as velhas questões sobre essa temática, a começar pela linguagem e pelo próprio papel do psicólogo, que é o sujeito a quem caberia encontrar formas de possibilitar a interface entre as diferentes linguagens dos atores envolvidos na questão da saúde, levando em conta que médicos, especialistas em segurança no trabalho e trabalhadores possuem linguagens muito diversas entre si, o que dificultaria uma comunicação efetiva. Esse é um ponto de destaque nas formulações de Oddone sobre o papel do psicólogo em contextos de trabalho. O autor, além de tentar antecipar o desenvolvimento futuro da psicologia da saúde, revisita sua história, sua abordagem teórica e suas experiências concretas na Itália e em outros países.

Na sequência, em “Gêneros e estilos em análise do trabalho: conceitos e métodos”, Yves Clot e Daniel Faïta discutem a distinção entre o prescrito e o real e propõem uma conceituação do trabalho de organização assumido pelos coletivos: o gênero do *métier*. Nele, o estilo da ação singular libera o sujeito não pela negação do gênero, mas por meio de seu desenvolvimento. Os autores buscam apreender o objeto teórico e prático no “trabalho de organização do coletivo no seu meio, ou antes, seus avatares, seus equívocos, seus sucessos e seus fracassos” ou, “dito de outra forma, sua história possível e impossível”. Propõem, nesse processo, com a autoconfrontação cruzada, um método clínico que põe à prova alguns conceitos entre o prescrito e o real do trabalho, ao investigarem as ações de dois operadores de TGV (“trem de alta velocidade” – *train à grande vitesse*, em francês). “Cada autoconfrontação faz reviver o gênero de um modo pessoal, oferecendo a possibilidade ao coletivo de um aperfeiçoamento.” Esse aperfeiçoamento, pode-se dizer, acaba por se traduzir no “olhar do *alter ego* que vai constranger o próprio operador a se ressituar em um espaço mediano, no qual seu *potencial* vai se confrontar com aquele do outro, renovando, se necessário, suas referências”.

Kelly Alves e Amélia Lopes, em seguida, apresentam estudo das narrativas biográficas de duas professoras, uma do Ensino Superior e outra do ensino pré-escolar, no artigo “Professores e o envelhecimento: realidades e especificidades no contexto português”. As narrativas “revelaram que há uma profunda relação do processo de envelhecimento com dimensões centrais da profissionalidade docente em geral e específicas aos níveis de ensino”. Aspectos como a paixão pelo trabalho docente e o desencanto causado pelas condições de trabalho aparecem nas narrativas, tornando evidente para as autoras a “a necessidade de tomadas de decisão políticas para melhorar este quadro”, assim como “a questão de se pensar melhor a preparação dos professores/as para a fase posterior ao exercício profissional efetivo”. No contexto desses indicativos do estudo está a obrigatoriedade de trabalhar dez anos a mais, tendo em vista as consequências da reforma em relação à idade de aposentadoria em Portugal. “Dadas algumas especificidades da profissão docente, quer quanto à natureza da atividade realizada, quer quanto à diversidade de situações que inclui”, as autoras produziram alguns “dados preliminares relativamente à perspectiva de professores sobre o envelhecimento em geral e o seu envelhecimento no exercício da profissão docente”.

Tratando do trabalho na docência, no artigo “Espaços, tempos e carreiras nas representações sociais do desgaste docente”, Ademir José Rosso, Maria José Subtil e Brígido de Vizeu Camargo trabalham na ampliação das análises e na complementação dos aspectos simbólicos das representações sociais em relação ao desgaste docente, abordando não apenas os aspectos materiais que sustentam a atividade da docência, mas também aqueles de natureza organizacional e estrutural que lhes dão suporte. Os autores entrevistaram 38 docentes do sistema estadual de ensino paranaense e, por meio da dimensional, associada a discussões sobre precarização do trabalho e da docência, chegaram à constatação de que “as salas de aulas constituem o espaço de negação da docência ou de intensificação de trabalho docente”. As análises empreendidas pelos autores dão conta de que a compressão temporal prolonga as atividades escolares, intensificando o trabalho, estendendo-o ao espaço doméstico como resultado dos deslocamentos entre o espaço público, na escola, e o espaço privado, em casa, o que poderia ser expresso “na queixa de levar trabalho para casa, passar o tempo todo pensando na escola, no cuidar dos filhos dos outros e ter pouco tempo para os seus”.

Com base “em dados de dissertação de mestrado que procurou compreender o saber docente que orienta a atuação didática de professores de disciplinas técnicas” nos cursos ofertados na Educação Profissional Técnica de Nível Médio do CEFET-MG, Fabíula Pires e Maria Rita Oliveira buscam contribuir com as discussões que se fazem em torno da formação docente para a Educação Profissional no Brasil. Em “Educação profissional: a atuação didática docente como espaço de formação e de produção de saberes”, as autoras procuram “descrever e analisar a atuação didática de docentes de disciplinas técnicas, com formação para a docência”, e, nesse contexto, identificar os aspectos relevantes para a formação dos professores, assim como os saberes que dela emergem. Ao descreverem e analisarem a atuação didática dos docentes, as autoras indicam que “é possível perceber que para construir o saber docente que [a] orienta [...] os professores de disciplinas técnicas com formação para a docência recorrem a diferentes fontes”. Consideram, entretanto, que “a principal referência para o conhecimento prático da profissão tem relação direta com a trajetória escolar e com a de formação vivida: o curso técnico, os estudos feitos individualmente, a formação continuada e o estudo dos diversos recursos didáticos”. Esses indicativos permitem que as autoras sinalizem que “há nessa atuação didática uma relação entre conhecimento prático e conhecimento teórico” e que “os sujeitos da pesquisa não só aplicam os conhecimentos adquiridos em sua formação como, também, constroem outros”, na constituição de “um saber híbrido, mobilizado de acordo com as necessidades impostas pela prática diária”.

O diálogo de saberes entre instituições responsáveis pela formação de professores – a universidade e a escola –, a aproximação entre teoria e prática nesse contexto e a importância da formação docente inicial são elementos de discussão em “Relação universidade-escola na formação docente inicial”. Roberto Carlos Bianchi e Marlize Rubin-Oliveira propõem pensar a referida relação “à luz das ações do PIBID [Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência] no âmbito das políticas públicas de educação como programa de formação docente inicial e continuada”. A fundamentação da discussão passa pelo *conceito universidade-escola*, pelo trato da problemática a

partir do *diálogo de saberes*, com base nas discussões sobre a formação docente, as políticas públicas e o PIBID. Lançando mão de pesquisa exploratória e descritiva, além de análise documental, os autores apontam para o fato de que “o PIBID tem se manifestado como elo entre a universidade-escola, aproximando e estreitando a necessidade de (re)pensar a formação docente inicial a partir das relações formativas e institucionais como espaços de construção acadêmica e humana”.

Buscando analisar os estoques de Capital Social no setor agropecuário nos assentamentos da região de Águas Emendadas, no nordeste do Distrito Federal, Guilherme Magalhães e Remi Castioni investigaram o Curso Técnico em Agropecuária, ofertado no Campus Planaltina do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB). No artigo “A EPT e o Capital Social: a influência do Campus Planaltina, na região de Águas Emendadas”, os autores consideram a importância de estimular ações que permitam “[...] que o indivíduo seja capaz de desenvolver atributos de autonomia, capacidade de intervenção, participação, discussão e decisão”, de modo que, por meio da apropriação desses atributos como parte de suas ações, tenham capacidade e condições “de autodeterminar a sua própria vida e se autorresponsabilizar por ela”. Lançando mão de uma metodologia quanti-quali, utilizaram “um survey com perguntas sobre comportamentos e atitudes para identificar os estoques de Capital Social nos participantes do curso”; por meio de entrevistas semiestruturadas, em seguida, ouviram “[...] os líderes dos assentamentos participantes do curso a fim de perceber se os estudantes se tornaram mais articulados com a comunidade à qual pertencem”, além de investigarem, com os professores e pelo mesmo procedimento, “se o curso colaborou com os estoques de Capital Social”. Concluíram que “não houve aumentos de estoques de Capital Social entre os estudantes do curso”, observando “que as intervenções de qualificação devem estar acompanhadas de projetos de pesquisa e extensão para estimular práticas de associativismo e de enfrentamento da realidade”.

A abordagem do “trabalho no campo como ponto de encontro de narrativas de sujeitos sem-terra acerca de suas trajetórias de escolarização” é feita por Evelyn Aquino, José Eustáquio Brito e Vânia Costa em “Trabalho e educação nas histórias de sujeitos da Educação de Jovens e Adultos em um assentamento de reforma agrária”. No artigo, que é resultado de parte de “pesquisa realizada no assentamento Dois de Julho, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), localizado nos municípios de Betim e Esmeraldas, Minas Gerais”, os processos educacionais da “escolarização na infância, na adolescência e na Educação de Jovens e Adultos (EJA)” integram a linha orientadora das entrevistas realizadas com base na história oral. Nessas entrevistas é possível identificar narrativas que colocaram em evidência a dimensão humana dos sujeitos em meio às experiências coletivas vividas por eles, particularmente as atividades de trabalho, nas quais as relações sociais apresentam-se como ponto de encontro comum, configurando-se uma dimensão fundamental para a reflexão sobre a EJA do campo”. A investigação dos autores indica que “a vivência no assentamento é formativa para os sujeitos investigados, visto que tem sido compreendida não só como expressão da luta pelo direito a terra, mas também de produção da vida”, e, nessa perspectiva, os processos de escolarização são parte integrada à vida assim construída por eles. “Nas narrativas não é demarcada a divisão

entre a história do assentamento e a constituição da EJA”, o que revela a consciência de que “a presença da escola em todos os acampamentos e assentamentos do movimento” é um dos objetivos do MST, articulada organicamente aos seus eixos de luta. Nesse contexto, destaca-se, ainda, que a condição feminina tem expressiva presença, uma vez que “o engajamento em atividades organizativas no assentamento, como observado na pesquisa de campo, tem contribuído para a ampliação da participação [das mulheres] em espaços de poder”.

Inge Suhr investiga a “A função desempenhada pela conclusão do Ensino Médio na seleção e contratação de trabalhadores para a indústria”. Tomando o materialismo histórico como referência teórica e metodológica, apoia-se “num estudo de caso realizado em duas empresas que se situam na ponta mais dinâmica da cadeia produtiva no ramo de fabricação de veículos automotores de Curitiba e região metropolitana”. Indagando se “a conclusão do Ensino Médio tem favorecido a inserção do trabalhador nas indústrias que se encontram na ponta mais dinâmica da cadeia produtiva”, a autora evidencia, com base em análises do tipo de trabalho executado na linha de produção e dos critérios de seleção e contratação, “que o Ensino Médio é um requisito relevante para o ingresso nas empresas [...], mas não o fator decisivo, que é a experiência”. Nessa seara, importa chamar a atenção para algumas das considerações da autora em relação ao significado da educação formal para os trabalhadores, que, no esforço para estudar, e, em função disso, para conciliar trabalho e escola, colocam-na como parte da conquista de algo que amplia suas possibilidades diante das situações de trabalho que experimentam. Isso talvez esteja relacionado ao fato de que “a exigência de conclusão do Ensino Médio se dá, principalmente, como ponto de corte nos processos seletivos e pela expectativa de possibilitar ao trabalhador condições para participar dos treinamentos internos”.

Promover a saúde e a segurança do trabalho e a educação não formal do trabalhador: duas práticas sociais em ambientes laborais, cujas relações são abordadas por Vanda Anacleto e Lucília Machado em “A função educativa do técnico em segurança do trabalho na formação do trabalhador”. Escrevendo, deliberadamente, para aqueles que “atuam em segurança do trabalho e aos que, de forma direta ou indireta e em diferentes níveis e instâncias, se interessam pela formação desses profissionais”, as autoras realizam importante pesquisa bibliográfica e documental, registrando, historicamente, o surgimento do campo da segurança do trabalho no Brasil. Sustentam que, aliadas, essas duas práticas sociais, quando “apropriadas pelos sujeitos envolvidos, podem levar à redução do número de acidentes e de doenças relacionadas ao trabalho e à promoção da qualidade de vida”. Justamente na efetivação dos processos educativos que dizem respeito a essa apropriação e a suas derivações em relação à formação dos trabalhadores é que se encontra “o técnico em segurança do trabalho, que está obrigado a atender à legislação, que o vê como educador e assim o responsabiliza”. A discussão feita pelas autoras passa não só pela relação trabalho e educação, mas aborda, principalmente, as relações e as tensões que se estabelecem “entre trabalho, educação, saúde e segurança do trabalhador”, retomando “aspectos da legislação brasileira e das políticas públicas de segurança do trabalho no Brasil”, ressaltando “as atribuições do técnico em segurança do trabalho, suas funções educativas e a importância delas para o desenvolvimento local”.

Com o objetivo de “definir o perfil socioeconômico e produtivo dos catadores” de caranguejo, Mayra Ramos, Patrick Passos e Suezilde Ribeiro, em “Onde os fracos não têm vez: socioeconomia e produção dos catadores de caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) no município de Quatipuru-PA”, estudam o perfil socioeconômico e produtivo dos catadores de caranguejo na região, ou, mais especificamente, catadoras. Os autores constataram que a maioria desses catadores é de mulheres, conluíntes do Ensino Fundamental, adultas, “com casa própria e renda familiar média/mês de 87 reais, advinda da atividade de beneficiamento e da complementação do programa Bolsa Família”. Na pesquisa, os autores constatam que a produção dos catadores de Quatipuru é comercializada por uma “farta rede de atravessadores [comerciantes], que sobrevivem, cada vez mais, da exploração do trabalho humano da região”. O trabalho feminino e o infantojuvenil, nesse contexto, tornam-se especialmente importantes, tendo em vista a necessidade do beneficiamento artesanal da polpa da carne do caranguejo. Ocorre que esse trabalho padece de “invisibilidade social, visto que as baixas remunerações, a desqualificação do trabalho, as jornadas excessivas e desgastantes, com aparição de doenças ocupacionais, são reflexos do sistema” no qual estão inseridas as trabalhadoras, aviltadas na sua dignidade, sem reconhecimento de suas vulnerabilidades, chegando a “ponto de serem esquecidas como público-alvo de políticas públicas de assistência social que poderiam proporcionar a inclusão social e a melhora da estima”. Nessa direção, continuam os autores, é necessária a “atuação do poder público na geração de ações socioambientais a fim de manter a atividade e a preservação dos recursos biológicos, na geração de emprego, renda e melhoria da qualidade de vida da população”.

\*

Na nossa seção RESUMOS, Celeste Bitencourt apresenta os resultados de uma leitura e de uma análise imanente de *Para além do capital*, em “Mészáros: o tripé Trabalho-Capital-Estado e suas implicações na educação”. A autora indica a compreensão de que Mészáros, orientando-se pela matriz ontológica marxiana, “desenvolve sua própria vertente analítica da obra de Marx, instaurando uma ‘ontologia singularmente humana a partir do trabalho’”. A obra de Mészáros, segundo ela, “recupera o caráter revolucionário da teoria social marxiana, que, em sua originalidade, perspectiva a emancipação humana”.

Em “Usos de si e (in)formalidade no trabalho da empregada doméstica diarista”, Claudia Ribeiro investiga as “dramáticas do uso de si e as normas do trabalho informal das empregadas domésticas diaristas”, realizando uma análise da interação entre determinadas normas que são definidas por parte dos patrões (e patroas) e normas que as próprias diaristas vão criando à medida que trabalham, de modo a “dar sentido às suas atividades, estabelecendo os modos de gestão do cotidiano”. A autora aponta, na pesquisa, para além de um trabalho que é “desvalorizado e não reconhecido socialmente”, o fato de que as tarefas e as ocupações realizadas pelas diaristas se inscrevem “na divisão social e moral do trabalho, ocupando especialmente mulheres negras”, com “baixa escolaridade e com baixos salários”, atrelados “à ausência de regulamentação legal”.

Caetana Silva, por sua vez, em “Do saber ao sabor: estudo da relação entre saberes tácitos e explícitos expressos nas competências laborais de cozinheiros em situação de trabalho”, centra sua investigação na “articulação da dimensão conceitual da pedagogia com a práxis do trabalho, visando ao entendimento dos processos formativos na Educação Profissional e Tecnológica – EPT”. Ao examinar a atividade de trabalho dos cozinheiros, a autora apresenta a investigação, “nesse horizonte, como um canal para a compreensão dos modos como os trabalhadores estruturam e gerem conhecimentos e deles se apropriam em seu dia a dia de trabalho”, levando em conta as questões próprias da relação entre trabalho prescrito e trabalho real, “considerados os constrangimentos a que se encontram submetidos, os valores que trazem consigo, suas crenças e aprendizagens anteriores”. Nos indicativos de pesquisa, a autora evidencia “a percepção da importância dos processos de internalização/reiteração na constituição do patrimônio experiencial e dos processos de explicitação/reflexão para a aquisição do domínio relativo dos protocolos em uma situação de trabalho”. Embora sinalize os achados de pesquisa a partir da EPT, no sentido de alcançar “níveis mais elevados de consciência sobre o ser profissional”, a autora indica que podem ser úteis para a educação básica e superior, além de outras modalidades de formação.

A formação docente para lidar com o Ensino Médio Integrado (EMI) numa perspectiva de formação humana integral é um dos objetos de estudo de Bruna Oliveira em “Licenciaturas em Ciências Biológicas nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e o Ensino Médio Integrado”. A autora busca “compreender se os Institutos Federais mineiros em seus cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas estão formando o professor para atuar” nessa direção, além de investigar “como essa perspectiva de formação é contemplada nos projetos político-pedagógicos e nos currículos dos referidos cursos”. O estudo aponta para o fato de que essas instituições, dadas as suas particularidades, como “espaços profícuos para uma formação de professores que promova em seu currículo um diálogo promissor entre” as formas de ensino técnico de nível médio, integradas ou não, “podem apresentar diferenciais em relação à formação oferecida nas universidades e que estejam em consonância com as demandas próprias da rede federal, referendando-os como *locus* diferenciados e privilegiados para a formação de professores em geral”.

\*

Boa leitura a todos(as),

Ailton Vitor Guimarães<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação pela FaE/UFMG na Linha de Pesquisa Política, Trabalho e Formação Humana, Mestre em Tecnologia/Educação Tecnológica pelo CEFET-MG. Professor da Carreira de EBTT do CEFET-MG, membro do Grupo de Pesquisa em Teoria e Metodologia do Ensino Tecnológico (PETMET/CEFET-MG). E-mail: <vitor@deii.cefetmg.br>.

